

ENTREVISTAS COM JUDEUS DO EGITO NO RIO DE JANEIRO: UMA IMIGRAÇÃO PECULIAR

Joëlle Rouchou

(Casa de Rui Barbosa/UniverCidade)

Estou preparando uma tese de doutorado sobre a imigração dos judeus do Egito no Rio de Janeiro, logo após a crise do Canal de Suez em 1956. Esse pequeno grupo - algo em torno de 600 pessoas - logo tratou de não render-se à dura experiência da expulsão de sua terra e integrou-se à Cidade Maravilhosa que, segundo eles, apresenta algumas semelhanças com a “pérola do Egito”, como é conhecida a linda e misteriosa Alexandria. Mesmo alguns caiotas reconhecem a doce vida comum aos dois balneários.

O material que vai fundamentar a pesquisa são basicamente as entrevistas com esses imigrantes discretos que nunca pensaram em contar suas histórias que faz parte dos movimentos migratórios brasileiros e da cidade. Devo assinalar que eu mesma vim com esta leva de judeus, apesar de ter três meses de vida à época, mas cresci ouvindo as narrativas saudosas, de um tempo esplêndido que sempre pareceu exagerado, colocado na conta da saudade da juventude e do “tempo bom que não volta mais”.

Outra parte da investigação cobre jornais da época para perceber se houve algum interesse na vinda desses imigrantes, sem maior interesse na chegada. Em compensação há enorme interesse na cobertura da guerra do Canal de Suez, como pode ser analisado no *Correio da Manhã* que enviou um de seus jovens repórteres Marcio Moreira Alves que relatou quase diariamente a saga dos *Brasileiros em Suez* - a chamada para suas matérias - de fevereiro a abril de 1957. A pesquisa ainda está em fase de elaboração. O fato é que, mesmo em pequeno número, trata-se de uma imigração original, de um segmento das classes média e alta, obrigadas a deixar vidas já estabelecidas e logo cuidaram de refazer o mais rapidamente possível novas construções de vida profissionais, emocionais, numa terra de língua não dominada pela maioria, de clima e história exóticas para seus hábitos oriento-europeus.

A pesquisa se orienta na possibilidade de um comunicador social, um jornalista utilizar-se das entrevistas-testemunhos desse grupo de imigrantes do Egito ao Rio de Janeiro. As técnicas de História Oral permitem uma legitimidade teórica no que diz respeito a essas fontes orais. É preciso lembrar que ao falar de entrevistas falamos sempre de um encontro entre um pesquisador-jornalista ou um assimilado com alguém que vai relatar sua própria vida, recordar, em sua fala, de passagens nem sempre alegres de sua história pessoal, traumas, dores e também alegrias. Vai se trabalhar com depoimentos emocionais.

O que pretendo fazer aqui é um pequeno histórico da situação do Egito entre 1956 e 1957, contextualizando o momento histórico, falar da relação da entrevista para História Oral e para o Jornalismo, mergulhando no universo da memória e das palavras dos personagens que já foram entrevistados ouvindo seus relatos e a transmissão de suas histórias aos filhos e netos.

História Oral: criada por um jornalista

A História Oral é uma ciência e arte do indivíduo. Embora diga respeito – assim como a sociologia e a antropologia – a padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos, visa aprofundá-los em essência, por meio de conversas com pessoas sobre a experiência e a memória individuais e ainda por meio do impacto que estas tiveram na vida de cada uma. Portanto, apesar de o trabalho de campo ser importante para todas as ciências sociais, a História Oral é, por definição, impossível sem ele. (...) A essencialidade do indivíduo é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória.

O que fascina novos estudantes em História Oral é seu compromisso não somente com a democracia, mas como sua vinculação ao momento presente. Temos aí um ponto de cruzamento com o Jornalismo e a Comunicação que trabalham com uma construção do presente. A História Oral pode subverter a interpretação do passado, a partir do próprio passado. Com isso, a realidade imediata estará todo tempo organizando busca de explicações a qualquer passado. O professor José Carlos Sebe afirma em suas aulas e palestras que a “História Oral só se realiza na democracia. Sem liberdade não há História Oral.” Podemos acrescentar que a liberdade também é uma categoria fundamental para a existência do Jornalismo, assim como a entrevista.

Segundo a pesquisadora belga Hélène Wallenborn em *Les attitudes de l'historien face aux témoins*,¹ a primeira tentativa de coleta sistemática de entrevistas se dá na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, em 1948. É o jornalista Allan Nevins que lança a idéia. Ele propõe duas sugestões para o desenvolvimento da disciplina histórica. A primeira referia-se às maneiras de “vulgarizar a história: ele deplorava de fato que as obras históricas fossem muito distantes das preocupações do público, e ininteligíveis para este. A segunda sugeria a criação de uma organização que se encarregasse de fazer sistematicamente um relatório completo sobre a participação na vida cultural, econômica e política de pessoas ainda vivas e que teriam uma vida significativa para a História. Este relatório, constituído de seus documentos pessoais e de entrevistas, serviriam como paliativo à futura ausência de arquivos que já o assustava perante a escalada dos novos meios de comunicação.”

No final dos anos 60 e início dos anos 70 começa toda uma série de movimentos radicais nos Estados Unidos: exige-se de maneira geral uma nova história, uma história vista de baixo, a da classe operária, das mulheres, das minorias étnicas. É neste contexto que, nas universidades americanas, os departamentos de estudos femininos e de grupos minoritários (negros, italianos, indianos...) foram instauradas e a história oral acaba se transformando num instrumento de estudo dessas minorias por elas mesmas.

Nos anos 70, cria-se um movimento internacional de história oral. Desde o final de 1960 e início dos anos 70, pesquisadores isolados começam a gravar fontes orais, entrevistas – para documentar acontecimentos particulares na Europa onde o terreno já estava preparado por diferentes instituições científicas com objetivo de estudar a história da Segunda Guerra.

Este movimento internacional da história oral é, nos anos 70, um meio de se opor ao academicismo: ele é defendido por jovens pesquisadores que foram próximos aos movimentos estudantis que agitaram os campi universitários no final dos anos 60. Paul Thompson é o calcanhar operário da construção do movimento internacional, estabelecendo contatos com as pessoas que se interessam à utilização da palavra das pessoas nas ciências humanas, como Philippe Joutard, Daniel Bertaux, na França, Luisa Paserini na Itália, Mercedes Vilanova, na Espanha¹

A história oral que se utiliza da entrevista - um método criativo e cooperativo – quebra as barreiras entre a história acadêmica e o mundo exterior. É uma história do povo, construída em volta dele e por ele: é um meio de transformação radical da significação social da história. Esse movimento encontra adeptos nos militantes de todo tipo de movimento: feminista, sindicalista, analfabetos, excluídos, minorias, operários. A história oral só se faz na democracia, dando voz àqueles que tiveram que se calar.

O professor José Carlos Sebe afirma em suas aulas e palestras que a “História Oral só se realiza na democracia. Sem liberdade não há História Oral.”¹

Trata-se, então, de democratizar a história devolvendo-a para o povo. Os primeiros colóquios de história oral tinham um status ambíguo ao mesmo tempo que assistia-se a um congresso científico havia um tom de assembléia militante. Começavam os estudos sobre as narrativas, uma vez que as entrevistas agora foram elevadas à categoria de documento e começa-se a falar em construção cultural da narrativa histórica.

Hélène aponta para duas tendências que opostas na questão da História Oral:

“uma tendência mais arquivística e outra mais próxima da antropologia. A oposição entre elas marca-se pela escolha dos objetos, não sem implicação sobre os métodos: dar a palavra às pessoas sem história ou interrogar aquelas que têm documentos pessoais sobre os quais estão baseadas as entrevistas. Os arquivistas que realizam as entrevistas afastam a questão do papel social da história deixando essa exploração para futuros historiadores.”¹

No final dos anos 80 início dos 90, produz-se uma virada de atitude perante a história oral: interrogando pessoas sobre seu passado, só se pode atingir sua subjetividade. E aqueles que o defendem são, por vezes, os que nos anos 70 pensavam coletar uma palavra transparente. Paul Thompson é emblemático nessa mudança de opinião. Em 1990, denuncia o realismo *nai f* que inspirou o início da História Oral “pela escolha de sua metodologia e de seus campos de estudo, a história oral permanece atrelada ao conhecimento exato.”¹ Ele acrescenta que as diferentes maneiras como uma história é contada é tão importante quanto seu conteúdo: “nos encontramos explorando um território interdisciplinar próximo a outros para os quais a natureza do relato é uma questão essencial, entre os quais devemos pensar nos antropólogos, psicanalistas, historiadores (...)os críticos literários que lêem metáforas como chaves da consciência social...”¹

Hoje existem duas maneiras de abordar as fontes de história oral nas universidades: a primeira, a que acabamos de tratar, interessa-se pela parte subjetiva de tais fontes, enquanto a segunda – mais européia – tenta definir seus limites. Há correntes metodológicas diferentes, um, como a do CPDOC¹ que sugere um trabalho de transcrição o mais fiel possível à fala do entrevistado, e outra de José Carlos Bom Meihy que entende ser possível “transcriar” sem – obviamente – perder o sentido do depoimento.¹

De fato, desde os anos 80, em diversos meios acadêmicos, os historiadores buscam utilizar a palavra das pessoas transformando-as em fontes orais. Eles tentam definir as especificidade para lhes dar a mesma estabilidade que as fontes escritas. Inscrevem suas reflexões naquelas ligadas à escrita da história do tempo presente. Talvez, porque rejeitem todo aspecto militante na utilização de tais fontes, recusam a etiqueta “história oral”.

A fonte oral é então definida como uma fonte individualizada, que dá conta do ponto de vista de uma pessoa que fala em seu próprio nome; fonte subjetiva por consequência, no sentido em que ela expressa o que o narrador pensava ou buscava fazer. A fonte oral, mesmo quando é factualmente errônea, é “verdadeira” do ponto de vista do narrador. Ela fala menos dos acontecimentos do que dos significados que lhes dá o testemunho. Mas quando ela se libera dos acontecimentos ou alguns aspectos lhe são desconhecidos, sempre se coloca a questão da verificação. A fonte oral oferece, muitas vezes, uma cronologia aleatória e fantasiosa.

As perguntas quanto à fidelidade das fontes orais vêm de seu conteúdo. Esse conteúdo depende da distância temporal que separa os acontecimentos vividos de sua narração —a faculdade de memorização do indivíduo está aqui em questão (jogo) – e do contexto no qual ele se enuncia, quer dizer a memória coletiva do acontecimento, do contexto político que participam do discurso do testemunho. Uma mesma narrativa não poderia ser enunciado pelo mesmo entrevistado em diferentes períodos de sua existência. Na verdade, o conteúdo depende do momento em que se grava a entrevista e da época em que a fonte é gerada. O próprio Joutard na conclusão de seu livro *Esas voces que nos llegan del pasado*, não encontra um termo para história oral:

“é evidente que a expressão “historia oral” é inadequada por duas razões; porque o discurso oral puro não existe em nossas sociedades, sobretudo porque um testemunho oral só

adquire seu verdadeiro significado se comparado ao documento escrito; ambos se interpelam mutuamente. (...) Inventar outro termo? Porém qual? A palavra documento merece as mesmas críticas do que a de arquivo. Talvez pudéssemos dizer fontes orais, mas novamente encontramos pelo menos uma parte da ambigüidade da história oral; estamos verdadeiramente certos do caráter inteiramente oral do discurso? De fato, nenhum termo corresponde à realidade da prática, porque a prática é ambígua e equivocada. Portanto, aconselho que cada um utilize o termo que escolher tendo consciência dos limites da palavra.”

O conteúdo da fonte oral depende também da relação entre o entrevistador e o entrevistado. A idéia de que o testemunho se faz da relação com o testemunho, mas também as questões explícitas e implícitas do entrevistador definem o que é efetivamente dizível. O espaço escolhido também faz parte dessa conversa. Por isso, o melhor lugar da entrevista deve ser escolhido pelo narrador, para que ele se sinta mais à vontade. É possível que num primeiro encontro ele escolha um lugar neutro, até que ganhe confiança no projeto, e depois convide para que as próximas visitas sejam feitas em sua casa. A casa é sempre mais produtiva para o entrevistador, uma vez que ele poderá analisar o entorno do narrador, perceber como ele vive, se veste, arruma sua casa, onde guarda seus objetos.

A subjetividade do entrevistador (historiador, jornalista) que pergunta está imbricada na do entrevistado. O resultado é que a interpretação da fonte oral é extremamente complexa. A dificuldade da crítica das fontes orais, logo de sua interpretação vem da hesitação em atribuir o resultado do discurso que o entrevistado teve com seu entrevistador ou dos caprichos da memória do indivíduo, ou ainda da ausência de eco na memória coletiva? Ou à combinação de vários fatores?

Pelas dificuldades de interpretação de tais fontes, elas foram utilizadas para entender a representação de acontecimentos ou de situações ou como ilustração de uma narrativa construída em outras bases.

O prazer da entrevista

Um dos maiores prazeres da vida um jornalista é o de entrevistar. Essa conversa aparentemente afável, por vezes reveladora de segredos pessoais ou de família fascina a vida do repórter. O instigante exercício de perguntar e ouvir pode ser levado à vida acadêmica, numa escola de comunicação utilizando-se das técnicas jornalísticas, acrescentadas das discussões de metodologia da História Oral que vem crescendo entre pesquisadores brasileiros. São instrumentos que serão usados aqui para investigar uma imigração singular no Rio de Janeiro todos os recursos e técnicas do Jornalismo e da História Oral.

Dentro do imenso panorama da imigração no Brasil, a pesquisa vai procurar estudar o caso desses judeus vindos do Egito que se instalaram no Rio. O relato das entrevistas é sempre emocionado, pois a memória volta para aqueles momentos decisivos, de corte em suas vidas, as tensões criadas no país natal. Imigração compulsória é uma imposição dolorosa. Sem motivos palpáveis, dói mais ainda. É preciso notar que eles preferem falar em francês, para a maioria, a língua materna.

Essa história foi vivida, sofrida por um pequeno grupo de pessoas que migrou para o Brasil, mais precisamente para o Rio de Janeiro. Vieram todos de Alexandria ou do Cairo, com pouco dinheiro no bolso, largando seus bens, suas lojas, sinagogas, clubes, amigos para trás. A história é contada em fragmentos aos mais novos, cada um a sua maneira. A maioria é naturalizada brasileira tem filhos e netos nascidos no Brasil, frequentam clubes, boates, livrarias, enfim são cidadãos cariocas.

Essas histórias de vida são relatadas sob forma de entrevistas, na casa de alguns imigrantes, conversas gravadas em cassete e em vídeo. Um vídeo amador, deixado num ângulo da sala, um material que poderá ser usado ou não na tese. Por outro lado, um levantamento no Arquivo do Rio de Janeiro, com a lista de vapores e as fichas dos

passageiros está permitindo listar nomes dos imigrantes. Em sua maioria, vêm famílias inteiras avós, pais e filhos em navios que fizeram a rota Alexandria/Gênova/Rio de Janeiro.

Uma das entrevistadas, Sonia Rokab, ainda mantém-se perplexa ante a saída:

“Viajávamos, fazíamos viagens. Eu ia muito ver meus avós em Barcelona durante as férias, mas nunca pensávamos que um dia teríamos de deixar o país, forçados a deixar. Fomos forçados a deixá-lo porque houve um movimento ao mesmo tempo anti-semita e xenófobo. Então do dia para o outro tivemos de sair do Egito. Tenho a impressão que para nós, mais jovens na época, tínhamos 20, 21 anos, começou antes, lá pelos 18, mas nos primeiros tempos não pensávamos em sair. Pensávamos que ia passar. Tenho essa impressão. Pelo menos na minha cabeça ia passar. Nunca pensei que um dia eu seria considerada como uma não egípcia. Apesar de não ser egípcia, pois era de pais estrangeiros, então automaticamente não era egípcia. Mas isso não vinha à minha cabeça, eu adorava o Egito, e de repente de um dia para o outro foi preciso deixá-lo. (voz embargada – pausa). A escolha do país foi rapidamente decidida. A maioria dos países fechava as portas aos estrangeiros de uma certa idade. Osvaldo, por exemplo, poderia ter trabalhado nos EUA. (...) mas nossos pais não poderiam. (...) Considerávamos a Europa como um país velho. Seria muito difícil recomeçar a vida lá. Então pensamos num país jovem. O Canadá me parecia muito frio na época. (...) é engraçado porque trata-se de um detalhe.. Depois o Brasil me parecia realmente um país do futuro, um país que nos receberia todos, e foi isso que nos aconteceu. Saímos como uma grande tribo. Éramos 17 no navio.”¹

É comum entre os entrevistados uma certa resistência à saída. Alexandria era cosmopolita, uma cidade fascinante que recebia as companhias de teatro francesas, cantores e cantoras europeus e americanos. Os filmes não demoravam a chegar. Por sua posição privilegiada no Mediterrâneo, o comércio entre oriente e ocidente por ali passava.

Entrevista no Jornalismo

As questões enfrentadas pela História Oral têm diversos pontos em comum com a entrevista no jornalismo.¹ A entrevista também é um dos instrumentos básicos do jornalista. É preciso entender qual a função da entrevista, especificar do que trata esse instrumento tão caro à História Oral e fundamental para o Jornalismo. Poucas matérias de jornal apresentam-se sem a entrevista, por menor que seja a nota, a notícia foi captada por uma entrevista, por telefone ou ao vivo. Será necessário apontar as diferenças e seus usos em cada área do conhecimento.

Como se sabe, no jornalismo há pouco material publicado sobre teoria do jornalismo. Enquanto em História é possível pensar a entrevista como questão, levantar calorosas discussões sobre a validade ou não da História Oral, construir teorias sobre o melhor uso desse instrumento, o Jornalismo não discute essa questão com seriedade, tratando a entrevista como uma técnica da prática diária do ofício do jornalista. Um passeio nas redações ou uma entrada em salas de aula de Jornalismo permitem afirmar que não é sempre clara a função do jornalista diante do entrevistado e de como conduzir uma entrevista. Manuais de redação ensinam como devem ser entrevistas tecnicamente, perguntas curtas, incisivas, agressivas, mais contundentes ou ainda como melhor ganhar a confiança do entrevistado.

Para que serve a entrevista em jornal? Ela deve ser editada? De que forma? Qual o tempo para esta entrevista ser publicada? Se o entrevistado pede “off” de determinado assunto, ele deve constar do texto final? Qual a estrutura da entrevista? Qual seu objetivo? Enquanto em História ainda discute-se a cientificidade da História Oral, a entrevista pode ser um ponto de partida para novas descobertas, ou confirmação de histórias já levantadas ou ainda mudanças de rumo em investigações em curso.

Durante o curso de História Oral, o professor Sebe repetiu diversas vezes a diferença entre o oralista e o jornalista. Ficou claro que elas existiam. Porém, agora, percebe-se que a indústria cultural, a dinâmica própria do jornalismo, marcam essa diferença e tornam essas dessemelhanças cada vez mais claras. Enquanto o oralista prepara um documento minuciosamente, o jornalista também preocupa-se com a minúcia, mas a difusão tem um papel relevante que não se coloca para o historiador. As explicações ainda são insuficientes. A entrevista, a fonte oral, quando publicada tem fé de documento.

É necessário lembrar que entrevistas publicadas em jornais ouvidas em rádios e até mesmo as televisionadas transformam-se em documentos históricos, uma vez que vão testemunhar opiniões, contextualizar fatos. Daí a necessidade de uma ética profissional do jornalista mais contundente e uma atitude mais responsável em relação às entrevistas. O jornalista, pela prática diária de entrevista, sabe conduzir uma entrevista, levar o entrevistado para onde ele quer, ou mudar o rumo da entrevista quando ele percebe que há assunto mais interessante em outra via da fala do entrevistado.

O jornalista entrevista empiricamente, faz parte inerente de seu ofício entrevistar, perguntar – pois mesmo que não publique o relato de seu interlocutor, ele o entrevistou para ter acesso a alguma informação. Os historiadores preparam uma hermenêutica da oralidade, criam manuais de transcrição de entrevistas. Talvez fosse um bom momento também pensar a função da entrevista em jornal, pois percebemos nesse momento em que convivemos com novas tecnologias, que os jornais tornaram-se referência, material didático em escolas primárias, secundárias e nas universidades. Um artigo do historiador José Murilo de Carvalho publicado no *Jornal do Brasil* ou na *Folha de São Paulo* é lido e estudado por estudantes de História e Ciência Política, como parte de sua obra. Devemos pensar na responsabilidade e no alcance que têm os textos que publicamos e que escrevemos. Uma das dificuldades como professora de prática de jornalismo na UniverCidade é a de encontrar opções de teoria da entrevista. Claro que há um extensa lista de obras que estampam as melhores entrevistas, mas a reflexão sobre o tema entrevista, sua função ética ainda está em fase embrionária.

Uma das diferenças entre História Oral e Jornalismo é que o historiador tem o tempo a seu lado. O jornalista joga contra o tempo. A urgência da impressão, da difusão da notícia talvez seja uma das causas da pouca seriedade no trato da entrevista. Edgar Morin¹ classificou quatro tipos de entrevistas:

1) a entrevista-rito “ Trata-se de obter uma palavra, que de resto não tem outra importância senão a de ser pronunciadas hic et nunc.”

2) a entrevista-anedótica. “Muitas, a maior parte sem dúvida, das entrevistas de vedetes são conversações frívolas, ineptas, complacentes, onde o entrevistador busca a anedota picante, faz perguntas tolas sobre as fofocas e os projetos, onde o entrevistador e o entrevistado permanecem deliberadamente fora de tudo que possa comprometer. Esta entrevista se situa no nível dos mexericos.”

3) a entrevista-diálogo. “Em certos casos felizes, a entrevista torna-se diálogo. Este diálogo é mais que uma conversação mundana. é uma busca em comum. O entrevistador e o entrevistado colaboram no sentido de trazer à tona a verdade que pode dizer respeito à pessoa do entrevistado ou a um problema.”

4) as neconfissões.

“Aqui o entrevistador se apaga diante do entrevistado. Este não continua na superfície de si mesmo, mas efetua, deliberadamente ou não, o mergulho interior. “

Esta classificação mostra nas entrevistas 3 e 4 a semelhança entre a história oral e o jornalismo. Não é de um diálogo que trata a História Oral? Não se deseja que o entrevistador se entregue a sua memória contando tudo que sabe e deseja sobre um determinado assunto? O objetivo é diferente. Enquanto em jornal busca-se trazer novidade ao público ou apresentar-

lhe um personagem, a entrevista em história oral faz parte do projeto maior: um estudo sobre um tema preestabelecido.

Cremilda Medina¹ vai mais adiante `a classificação de Morin oferecendo subdivisões dos gêneros descritos pelo filósofo entre elas as entrevistas conceitual, enquete, investigativa, confrontação-polemização, perfis humanizados, Medina estabelece fronteiras entre o uso da entrevista jornalística e o uso da entrevista nas Ciências Sociais.

“Nas Ciências Sociais, quando se faz uma enquete, uma pesquisa de campo, a técnica de amostragem é rigorosa. No Jornalismo, embora se d`e alguma aparência de representatividade, o aleatório é o específico. (...) Por mais ambição de historiador que tenha o entrevistador, ele estará implicado em tocar o presente(atualidade); as Ciências Sociais são ambiciosas ao tentar recapturar o tempo e o espaço do homem. O jornalismo lida, fatalmente, com as contingências da presentificação. (...)”

Após a leitura de Medina, Morin, os historiadores, reler as entrevistas publicadas no livro *A arte da entrevista* organizado por Fábio Altman¹, é possível perceber a diferença profunda entre a entrevista na história oral e no jornalismo. Não se trata aqui de analisar as técnicas de execução dessa entrevista. Não sobram dúvidas que o jornalista detém técnicas que a rotina lhe forneceu para fazer boas e completas entrevistas, com todos os limites éticos que essa tarefa encerra. Mas as semelhanças parecem terminar aí. A seqüência do trabalho, isto é, transcrever, escrever, redigir é totalmente diferente. Enquanto historiador, como já vimos, está preocupado em ser o mais fiel à realidade das palavras e da situação, o jornalista vai editar a reportagem, ou seja, remontá-la de acordo com os critérios noticiosos. Os fatos mais interessantes, mesmo que declarados ao final da entrevista, poderão abrir o texto que será publicado, sem com isso ferir as regras do jogo do diálogo entre entrevistador e entrevistado.

Um pouco de História

O período que vai de 1850 até 1930 é o período que se rotula como Época de Ouro da comunidade judaica no Egito. A comunidade era em sua grande maioria europeizada, com alto nível de escolaridade, de um meio sociocultural em geral superior à média, que já era alta. A historiadora Marion Germain, da Universidade de Lille 3, na França, teve acesso à vasta documentação publicada em artigo na revista *Tsafon*. Esse texto é revelador e fundamental para o entendimento e contextualização deste trabalho. A maior parte das citações que dizem respeito específico à saída dos judeus do Egito, assim como a documentação, usam como fonte o texto de Germain, as citações têm a mesma origem e serão devidamente referenciadas ao longo do texto.

A partir dos anos 30, começa uma série de medidas que vão atingir a importante comunidade estrangeira do Egito e entre eles, os judeus: dificuldade para obtenção da nacionalidade egípcia (lei de 1929 sobre a nacionalidade), supressão das Capitulações¹ (acordos de Montreux de 1937 que se efetivam em 1949), a lei da nacionalização das empresas, que obrigavam as empresas a empregar 95% de egípcios (1947). É preciso lembrar que a maioria dos judeus que lá viviam não tinham passaporte, viviam como apátridas, pois o pertencimento religioso era mais importante do que o nacional. A historiadora Marion Germain nos esclarece alguns pontos:

“Muitos judeus, para obter os benefícios das vantagens das Capitulações, procuraram, por meios fantasiosos e na maioria das vezes pagando muito caro, passaportes estrangeiros. (...) Somente uma minoria de 10 a 15% dos judeus que viviam no Egito tomaram providências para obter a nacionalidade egípcia, numa época onde isso ainda era possível¹.”

Era uma situação nova que enfrentavam naquele momento, pois todas os grupos de fé religiosas e nacionalidades diferentes conviviam pacificamente até então, como ilustra Ruth Leftel:

“Com a ocupação britânica do Egito em 1881, a situação dos estrangeiros entre os quais os judeus, melhorou ainda mais. Estes foram ocupando lugar de destaque na economia e na sociedade. Aos poucos os judeus ricos deixaram os antigos bairros de Cairo e Alexandria e construíram grandes residências, formando novos bairros; construíram novas sinagogas e começaram ocupar espaço na vida pública também. (...) Podemos afirmar que no final do séc XIX e na primeira metade do séc XX, os judeus participaram enormemente do desenvolvimento econômico do país, mesmo sendo uma pequena minoria da população.”¹

Com a criação da Liga Árabe em 1945, a partilha da Palestina em 1947 e a criação do estado de Israel, os judeus foram considerados como inimigos e sionistas em potencial. Desde a declaração da guerra em 1948, os sionistas eram marcados e a maioria era presa, seus bens seqüestrados. Foram expulsos em algumas horas. Esse período é contado pelo jornalista francês Gilles Perrault, no livro *Un homme à part*¹ biografia do filho de banqueiros – Henri Curiel - que apesar de defender a nacionalização da indústria egípcia e fundar o partido comunista no Cairo, foi perseguido e expulso por ser judeu.

Um dos entrevistados da pesquisa, Léon Levy, falecido ano passado aos 81 anos, sentiu a perda das vantagens de ser estrangeiro e judeu:

Após 1948 a situação dos judeus mudou completamente. Tínhamos regalias, tribunais especiais, não nos misturávamos, tínhamos regalias. Era um privilégio ser judeu antes de 48. Todo mundo nos respeitava. Todos os bancos de Alexandria e do Cairo e mesmo do interior (...) para não dizer 100, 95% dos diretores eram judeus. Isso é uma coisa. Dois: o banco National Bank of Egypt, que emite as notas, tinha um contador judeu.(...)A Bolsa de Alexandria assim como a do Cairo, todos os corretores, todos os corretores, sem exceção, eram judeus. A exportação do algodão, estava inteiramente nas mãos dos judeus

Em seu texto, Germain relata que naquela época as manifestações ainda tinham um caráter claramente anti-europeu, e não anti-judeu, e assim que o governo autorizou a saída dos judeus no início do ano de 1949, mais de 20 mil judeus, “os mais pobres, migraram para Israel.”¹ A partir de 1951 a situação parecia ter se acalmado e a imigração praticamente cessou, sem contar alguns processos ideológicos de sionismo, por vezes injustos e nem sempre regulares. Um Egito integrado num circuito de troca mediterrâneas para um Egito recentrado no mundo árabe.

No final de 1956, e início de 1957, logo após a nacionalização do Canal de Suez e a intervenção armada da França Grã-Bretanha e Israel, os cidadãos franceses e ingleses foram expulsos, entre eles, havia muitos judeus. Um número considerável de judeus apátridas foram forçados a deixar o país sob ações de intimidação, perda de seus trabalhos e sem perspectiva de conseguir outro. Vale lembrar que os judeus egípcios não tinham privilégios apesar de sua nacionalidade. Eles tinham o mesmo tratamento dos judeus apátridas, uma vez que, de um dia para o outro, podiam perder sua nacionalidade. Para saírem do país, passavam por uma negociação: tinham de assinar um documento confessando o desejo pessoal de abdicar da nacionalidade egípcia, deixando seus bens e sem intenção de voltar ao país natal.

Dessa vez as dificuldades impostas aos judeus eram mais importantes, a distinção entre judeus e sionistas ficava cada vez mais clara, apesar dos cuidados dos dirigentes da comunidade judaica em dissociar-se do sionismo. Novas prisões aconteciam mais arbitrárias e em condições difíceis. Bens foram seqüestrados. A situação econômica ficou muito difícil para muitos. Os judeus perceberam que não tinham mais futuro no país. Ficaram desempregados. Seguiu-se, então, um êxodo em massa. Entre eles, um pouco mais de 14 mil

refugiaram-se em Israel¹. Várias ações sionistas tiraram judeus do Egito, em geral os judeus das classes mais pobres, muitas vezes com ajuda financeira dos mais ricos, que ainda acreditavam, após a criação do estado de Israel, que seriam poupados já que eram profissionais de importância no mercado.

Mesmo para a imigração para Israel, os imigrantes deviam, além de pagar suas passagens, estar em boa saúde, pois Israel não podia receber doentes naquele momento. Os judeus partiam do porto de Alexandria e desembarcavam no de Haifa, recebidos por membros de agências judaicas que davam suporte às operações. É interessante notar que a saída do Egito não era oficial, pois eles saíam do país sem mencionar o país de destino. Conseguir vistos de saída para apátridas e egípcios era mais delicado, e só seria resolvido com negociações nem sempre às claras. Segundo Germain, os imigrantes podiam viajar levando de 20 a 100 libras egípcias, dependendo da época e de suas nacionalidades. Quanto às jóias, as mulheres poderiam levar as suas até 50 libras e os homens 20. Os estrangeiros que na fossem israelitas tinham o direito de partir com 5 mil libras, todos seus móveis e suas jóias. Germain calcula que até 1951, cerca de 30 mil judeus deixaram o Egito. Nesta data, com a chegada ao poder do general Neguib a situação dos judeus parecia que melhoraria. Até que havia uma pequena melhora, mas em 1954 o cerco do governo se fechava sobre ações sionistas, e os judeus que haviam perdido seus empregos viviam em dificuldades, por isso a imigração recomeçava aos poucos. Eram os mais velhos e mais pobres. Uma das entrevistada, Aida Blumenstine lembra-se que seu pai, Salomon Mouilly, já alertava para uma saída iminente:

“Meu pai dizia muito tempo antes que teríamos que sair, pelo simples fato de sermos judeus. Nunca fomos considerados egípcios ou árabes, era somente os muçulmanos que eram egípcios. Até o meu cunhado teve que comprar a um certo momento uma nacionalidade egípcia, ele pagou até 50 libras egípcias. Era muito dinheiro naquela época e o coitado quando nós saímos, ele saiu com nós sem qualquer privilégio, apesar de sua nacionalidade egípcia.”¹

Esses depoimentos serão analisado à luz das teorias da memória Ecléa Bosi, em seu livro *Memória e sociedade, lembranças de velhos*, analisa as teorias de Bergson e Hallwachs e aplica à memória dos velhos:

“Ao lembrar o passado ele (o velho) não está descansando, por um instante, das lides cotidianas, não está entregando-se fugitivamente às delícias do sonho: ele está se ocupando consciente e atentamente do próprio passado, da substância mesmo de sua vida. (...) Há um momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar.”¹

A crise de Suez

No final do ano de 1956, a comunidade judaica sofria mais pressões do governo, além de intimidações e cada vez os lugares nos navios eram mais disputados. As passagens custavam mais caro. A Comunidade judaica não dava mais conta de administrar as partidas e pediu ajuda à Cruz Vermelha Internacional, que em dezembro de 1956 enviou delegados ao Cairo, para cuidarem prioritariamente dos judeus egípcios e dos apátridas. O governo egípcio teve de aceitar a participação da Cruz Vermelha. Dessa forma começaria a operação conhecida como *êxodus*, na verdade mais de 3 mil anos após a “primeira saída” do Egito.

A operação foi muito rápida, em janeiro de 1957, o primeiro navio fretado pela Cruz Vermelha deixava o porto de Alexandria rumando para Nápoles carregando cerca de mil refugiados, a maioria apátrida. As estatísticas da agência judaica indicam repercussões imediatas dessa operação, pois em janeiro de 1957, 2 mil 952 judeus vindos do Egito se instalaram em Israel. A operação de saída era intricada envolvendo agências judaicas de ajuda a imigrantes que incluía levantamento de fundos para as passagens, frete de navios.

negociações burocráticas com o governo egípcio e grego para trânsito de alguns e comitês de recepção em Israel”.

Depois da primeira partida dia 2 de janeiro de 1957, seguiu-se o de 21 de janeiro, depois um terceiro dia 8 de fevereiro. Em maio, o CICR já havia fretado o sétimo navio, mantendo esse ritmo até setembro do mesmo ano, quando partia a 14ª embarcação. Ao todo, 7 190 apátridas deixaram o Egito em menos de nove meses, a maioria engordando o lote de 13 mil 015 judeus originários do Egito que foram para Israel em 1957. A partir desta data, o CICR decidiu interromper as saídas coletivas. Já não havia mais candidatos para encher os navios, e por várias razões que Germain arrola: a primeira é que a maioria dos judeus que queriam sair do país já o haviam feito. Os outros que ficaram tinham muitos interesses no país para abandoná-los. Outros desejavam sair, mas não ir para Israel. Queriam seguir para um país sem guerras, no qual falassem a língua. Eles também ouviram falar das dificuldades de viver em Israel, principalmente para aqueles vindos de países orientais. Eles preferiam esperar para partir num momento mais propício “já se anunciava um momento favorável, pois o Brasil começava a distribuir vistos de entrada e corria o boato que os Estados Unidos fariam o mesmo”¹.

O governo egípcio consciente que esse fluxo migratório iria reforçar o estado de Israel decidiu acalmar os que ficaram. Alguns conseguiram encontrar trabalho, outros, esperança. Em dezembro de 1957 a delegação do CICR mantinha seis membros, em fevereiro, o Joint reduzia sua participação mensal a 6 mil dólares e baixou para 1 500 dólares em julho do mesmo ano. Em 1959, o CICR estimava não precisar mais do que três pessoas, e chegou a um funcionário em 1961. Em 1962, terminam os trabalhos da CICR. O último fluxo migratório deu-se em 1967.

Através das entrevistas desses imigrantes é possível traçar a trajetória comum em suas viagens ao Brasil. O período da saída do Egito coincide: expulsão do Egito por causa da nacionalização do Canal de Suez promovida pelo presidente Nasser. Todos faziam parte da classe média egípcia, a maioria alheia à política, mais preocupada com esportes, trabalho e vida doméstica. Todos lamentam deixar aquele que consideravam seu país. Vieram com pouco dinheiro no bolso, apenas alguns trocados.

Um dos comentários de Joutard interessa particularmente meu trabalho sobre os judeus do Egito. O historiador detém-se, em alguns momentos sobre os fenômenos migratórios, mais particularmente a historiografia judaica:

“O caso da história oral judaica é evidentemente específica já que transcende as historiografias nacionais. Mas ele merece uma atenção particular de um outro modo, pela ligação privilegiada entre memória oral e tradição e também histórico com as diversas diásporas. Essa ligação tomou proporções maiores ainda com o drama do holocausto que torna ainda mais necessário o dever da memória, não somente como dever de lembrar-se, mas o dever de transmitir uma experiência indizível para evitar que esse acontecimento único se reproduza”¹.

Análise das entrevistas de Leon Levy, Sonia Rokab e Aida Blumenstine.

Para ilustrar, apresentaremos alguns personagens. Léon Lévy, falecido ano passado aos 82 anos, Sonia Rokab, 65 anos, decoradora, e Aída Blumenstine, 65 anos, aposentada, mas com uma carreira de secretária-executiva na companhia Air France. Hoje ela mora em Miami. Eles contam sua vinda ao Brasil em 1957 cada um tem seu relato, suas impressões sobre a cidade de Alexandria onde viveram a maior parte de suas vidas e da qual não imaginavam ter que sair um dia. A nostalgia, misturada com saudade e o gosto amargo da expulsão, transformam suas histórias em registro importante para a história da construção da cidade do Rio de Janeiro e do Brasil. O que chama atenção, além das referências exatas a monumentos, lojas, cinemas, teatros, praias, é a memória de cada um sobre a viagem e a

instalação de suas famílias no Rio. Enquanto Léon lembra exatamente de quanto investiu em sua fábrica, o preço dos objetos, do quilo do algodão, Sônia lamenta não assistir mais ao por do sol do norte da África, e Aída lembra com bom humor as trapalhadas da língua, os tempos difíceis em busca de emprego.

Léon sentia ainda uma certa tristeza na expulsão:

“tivemos que sair em 15 dias como se fossemos criminosos, minha sogra, minha mulher, meu filho e eu, com 350 libras, que representavam 350 dólares”

Sônia, lembra dos cheiros e perfumes de sua cidade, do por do sol cor de abóbora, das lavadeiras à beira do Nilo, e do Rio como cidade nova e hospitaleira.

“O Egito me deixou lembranças extremamente coloridas, extremamente luminosas. é um país lindo. (...) Nunca vi um por de sol tão espetacular”

Lágrimas caíam de seus olhos durante a entrevista. Às vezes ela pedia para parar a gravação para acalmar-se e depois retornava, pronta para mais algumas horas de conversa.. Enquanto Sônia e Léon sentiram-se mais confortáveis em falar em francês, Aída preferiu falar em português. A primeira lembrança ao chegar no Rio e encontrar uma prima carioca que não falava francês, foi a de ser alvo de chacota:

“Entendi , depois de um esforço, que ela me convidava para tomar um sorvete, e fui. Vi na parede o negócio que estava marcado o que a gente ia comer, a única palavra que eu conseguia entender em todo esse painel é cocô. Aí eu disse ‘Je veux du cocô’ e todo mundo ficou olhando pra mim, não era ‘cocô’, era côco. (...) todo mundo começou a rir e eu achando que eu tinha feito uma graça! só mais tarde que eu entendi que eu estava falando de coisas que não se fala em ambiente público”

Léon contou sua vida profissional. Conta, com orgulho, como montou várias fábricas com os irmãos no Rio, mal falando português. Suas memórias se direcionam para o lado prático, fala de seus irmãos (dez ao todo) sempre tendo como pano de fundo a vida profissional. Precisa ser perguntado sobre sua esposa, como a conheceu, para então falar da vida íntima.

Ao contrário, Sônia nem se lembra de quanto pode carregar em moeda para deixar o Egito, teve de ser perguntada sobre o assunto e não sabia. O que a marcou e o que se lembra com mais detalhes da época, era a irrealidade daquele momento. Ela já havia se casado com Osvaldo Rokab, um italiano boêmio:

“Viemos 17 pessoas da mesma família no navio em 57. Os sogros, meus pais. Talvez por isso eu não percebesse o lado trágico da História. Na minha idade não se via o lado trágico. Talvez meus pais o realizassem. Deve ter sido muito mais difícil para eles do que para nós mais jovens. Nós tínhamos 21, 22, 23 anos(...) Tínhamos uma impressão estranha que parecia quase irreal. Era como se estivéssemos divididos. Nos víamos agindo, agíamos, mas não entendíamos a gravidade da situação”.¹

Na verdade, há um impasse no trabalho, uma vez que não é possível reproduzir todas as falas neste espaço ou mesmo no da tese. A solução seria a de anexar a transcrição das entrevistas ao trabalho, o que seria muito volumoso, uma vez que são mais de três horas de fita-cassete. Por entrevistado. A solução encontrada, foi a de pinçar alguns comentários em algumas áreas que fossem bem representativas. . O trabalho acabou sendo realizado como



uma entrevista para um meio de comunicação, pinçando trechos mais significativos e expondo-os de forma contextualizada, mas soltas dentro do trabalho. Claro que este trabalho visa adiantar o esforço da tese e em busca de orientação do professor para uma melhora científica. Mas ficou esta impressão jornalística.

Bibliografia

- ADORNO, T. e HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1985.
- ARANGUEN, J.L. *Comunicação humana, uma sociologia da informação*. Rio de Janeiro/São Paulo Zahar/Editora da USP, 1985.
- ARENDT, H. *Sur l'antisémitisme*, Éditions du Seuil, Paris, 1984.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento *A utopia fragmentada* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. 190p
- GERMAIN, Marion Le départ des juifs d'Égypte: 1948-1957. Le second Exode in revue *Tsafon* n° 35-36 (1998-1999) Revue d'Études Juives du Nord de Université de Lille, França.
- MIZRAHI, Rachel
- LEFTEL, Ruth *A comunidade sefaradita egípcia de São Paulo* tese de doutoramento, História/USP maio de 1997
- GEERTZ, Clifford *Nova luz sobre a antropologia* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2001. 247p.
- DOURADO, Autran *Gaiola aberta (Tempos de JK e Schmidt)* Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 2000. 228 p.
- BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.
- BOSI, E. *Memória e sociedade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.
- CANETTI, E. *A língua absolvida: história de uma juventude*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- CARNEIRO, M.L. *Anti-semitismo na era Vargas*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- DINES, A *Morte no paraíso: a tragédia de Stefan Zweig*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
- _____ *O papel do jornal: uma releitura*. São Paulo, Summus, 1986.
- ELKIN, J. *Jews in Latin America Republic*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 1980.
- FISCHER, M. "A etnicidade e os estratégias da memória", in *Writing Culture*, James Clifford e George E. Marcus org., University of California Press, Berkeley, Los Angeles, London, 1986.
- HALBWACHS, M. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Vértice, 1990.
- HOBSBAWN, E. "A invenção das tradições". In Hobsbawn, E. e Ranger, T. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1984.
- HOLLANDA, H. B.(org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- LESSER, J *O Brasil e a questão judaica*. Rio de Janeiro, Imago, 1995.
- LINS de Barros, M. "Memória e família". In *Estudos históricos n° 3*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV/Vértice, 1989.
- MARX, K. *A questão judaica*. Lisboa, ed. Moraes, s/d.
- MEDINA, C. de A. *Entrevista, o diálogo possível*. São Paulo, Ática, 1990.
- MELO, J.M. *Comunicação social: teoria e pesquisa*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- MORAIS, F. *Chatô: o rei do Brasil*. Companhia das Letras, 1994.
- MORIN, E. *Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1981.
- NAMER, G. *Mémoire et société*. Paris, Méridiens Klincksieck, 1987.
- NORA, P. Entre mémoire et histoire. In: *Les lieux de la mémoire*. Paris, Gallimard, 1986.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos históricos n°3*. São Paulo, Vértice, 1989.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo, Paz e Terra, 1979.
- SODRÉ, M. *O monopólio da fala*. Petrópolis, Vozes, 1977.



- _____ *O Brasil simulado e o real*. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1991
- _____ e FERRARI, M.H. *Técnica de reportagem. Notas sobre a narrativa jornalística*. São Paulo, Summus, 1986.
- VERNANT, J. P. “Aspectos míticos da memória e do tempo”. In: *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo, Difel, 1973.
- WERNECK SODRÉ, N. *História da imprensa no Brasil*, Martins Fontes, São Paulo, 1983.